



Sindsep alerta servidores sobre a necessidade da realização dos Exames Médicos Periódicos

O Sindsep alerta aos servidores públicos federais, que ainda não fizeram os Exames Médicos Periódicos (EMP), que são gratuitos, para realizem os procedimentos o mais rapidamente possível.

Os EMP é uma ação da Política de Atenção à Saúde e Segurança do Trabalho do Servidor Público Federal e irá alcançar 42 mil servidores de todo o Brasil.

A finalidade da iniciativa é preservar a saúde e a qualidade de vida dos trabalhadores, identificando precocemente possíveis

problemas de saúde relacionados ao ambiente de trabalho.

Para garantir a ação, o ministério firmou convênio com a GE-AP – Autogestão em Saúde, com um investimento de R\$ 26,1 milhões. O pagamento será realizado para os exames efetivamente concluídos, priorizando a eficiência no uso dos recursos públicos.

Quem tem direito?

- Servidores do ministério regidos pela Lei nº 8.112/1990;
- Nomeados para cargos em comissão ou de natureza especial na pasta;

- Cedidos de outros órgãos;
- Empregados públicos anistiados e requisitados com ônus para o Ministério da Saúde.

Como será feita a convocação?

A convocação para a realização dos exames será feita pelo aplicativo SOUGOV.BR, com notificações personalizadas para cada servidor, garantindo organização e cobertura total do público-alvo.

Com informações repassadas pelo Ministério da Saúde.

Últimos dias para participar da Avaliação Institucional da UFMA

A Universidade Federal do Maranhão (UFMA) entra na reta final da aplicação do questionário da Avaliação Institucional. Discentes, docentes e técnicos-administrativos têm até este sábado, 10, para responder ao formulário, disponível nos sistemas online SIG (SIGRH, SIPAC e SI-GAA). A participação da comunidade acadêmica é fundamental para subsidiar decisões estratégicas e contribuir diretamente para o futuro da Universidade.

Iniciada em 15 de dezembro, a avaliação marca a primeira etapa de um novo modelo institucional, que integra, em uma única plataforma, três instrumentos estratégicos: a Comissão própria de

Avaliação (CPA), o Censo Institucional e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). A iniciativa faz parte do programa UFMA 360°, que busca ampliar a escuta e qualificar os processos de planejamento e gestão.

O questionário é composto por três partes sequenciais. A primeira aborda aspectos relacionados ao PDI, com foco na missão, nos valores e na visão institucional da UFMA. Em seguida, os participantes respondem ao Censo Institucional, que reúne informações socioeconômicas, dados sobre saúde, bem-estar, trabalho e relações profissionais. A terceira e última etapa corresponde à autoavaliação anual, obrigatória,

que analisa as políticas acadêmicas da Universidade, conforme o eixo três do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes).

A proposta é integrar diferentes políticas institucionais em um único instrumento, garantindo uma leitura mais ampla e precisa da realidade universitária. A captação integrada das informações possibilita relatórios que trazem uma visão geral da Universidade tanto quanto análises específicas por centros, cursos ou áreas. Os dados também poderão dialogar com programas internos, como o Programa de Qualidade da Graduação (QUALIGRAD).

Fonte: UFMA

**A PEC 38 DESTRÓI O SERVIÇO PÚBLICO
CONTRA A REFORMA ADMINISTRATIVA
PRESSIONE OS DEPUTADOS PARA QUE VOTEM NÃO!**

CUT

Saiba quanto você vai economizar de IR com a calculadora do Dieese

Uma calculadora desenvolvida pelo Departamento Intersindical de Estudos e Estatística (Dieese), permite que trabalhadores visualizem, na prática, o impacto positivo da proposta de isenção do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF), para salários de até R\$ 5 mil. Além da isenção total para quem ganha esse valor, quem tem renda de até R\$ 7.350 mensais é beneficiado com alíquotas menores.

A medida, que já está valendo, foi uma decisão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) que cumpriu uma promessa de campanha e que também representa uma bandeira histórica da Central Única dos Trabalhadores (CUT) na luta por justiça tributária e valorização da renda do trabalho. Para a CUT, a proposta corrige uma distorção histórica do sistema tributário brasileiro, que penaliza quem ganha menos e favorece os mais ricos. A isenção até R\$ 5 mil reafirma o compromisso do atual governo com a valorização do salário, a redução das desigualdades e a defesa dos direitos da classe trabalhadora.

Com a mudança, trabalhadores que hoje pagam Imposto de Renda passarão a ter um ganho anual estimado em até R\$ 4,2 mil, valor que, na prática, equivale a quase um 13º salário adicional ao longo do ano. O dinheiro permanece no bolso de quem vive do próprio trabalho, fortalecendo o consumo, a economia local e a



qualidade de vida das famílias.

Beneficiados

Segundo o Ministério da Fazenda, 10 milhões de trabalhadores serão beneficiados diretamente pela nova faixa de isenção. Somadas as medidas já adotadas em 2023 e 2024, cerca de 20 milhões de brasileiros deixaram de pagar imposto desde o início do governo Lula. Com a nova regra, 65% dos declarantes, em torno de 26 milhões de pessoas, se tornam totalmente isentos.

A renúncia fiscal, estimada entre R\$ 25 e R\$ 26 bilhões, será compensada pela taxa mínima sobre rendas muito elevadas, acima de R\$ 600 mil anuais, com alíquota efetiva que pode chegar a 10%. Esse mecanismo reforça a progressividade e aproxima o Brasil de padrões internacionais de cobrança sobre altos rendimentos, tema há anos defendido pela CUT.

A calculadora

A calculadora foi desenvolvida para facilitar a compreensão do impacto real da proposta. Basta informar o salário bruto men-

sal, considerando a base de cálculo do Imposto de Renda, e indicar o tipo de contribuição previdenciária. Se é pelo Regime Geral da Previdência Social (INSS) ou por outro regime, como o Regime Próprio da Previdência do Setor Público (RPPS).

A ferramenta também orienta que, em casos de mais de um vínculo empregatício, o trabalhador deve somar todas as remunerações e contribuições previdenciárias para obter um resultado fiel do total tributável. Auxílios pagos em contracheque, como vale-refeição, não devem ser incluídos no cálculo.

Ao demonstrar de forma clara quanto cada trabalhador deixa de pagar, a calculadora reforça que a política tributária também é uma ferramenta de inclusão social, e que decisões políticas têm impacto direto e concreto na vida da população.

Para saber exatamente qual será a sua economia, acesse o site do DIEESE - www.dieese.org.br

Fonte: CUT